

**Título da comunicação:** *Arquivos, Universidades e Memória Científica.*

**Resumo:**

Esta comunicação tem como objetivo expor os primeiros resultados e reflexões da investigação de pós-doutorado no exterior em desenvolvimento na Universidade do Porto, sobre Arquivos Universitários em Portugal e no Brasil, e a memória científica nessas instituições de ensino superior. O projeto de investigação delimitou como objeto de estudo no Brasil as universidades estaduais do estado de São Paulo e em Portugal as universidades de Coimbra, Minho e Porto.

No entanto, o processo investigativo nos mostrou a necessidade de alargamento do campo de investigação ao percebermos que a preocupação com os arquivos universitários e científicos ocorre em outras universidades portuguesas, senão em todas. No Brasil, e especificamente no estado de São Paulo, as universidades públicas estaduais, desde os anos 1990 do século XX, estão em um processo crescente de organização da documentação que produzem e recebem assim como da formação de arquivos e centros de documentação que custodiam conjuntos documentais de valor histórico para subsidiar a investigação científica.

Percebemos dois processos em paralelo no Brasil: o primeiro é a preocupação com a organização e preservação da documentação administrativa e científica da universidade e, o segundo, a necessidade de estimular e criar espaços de guarda e preservação de conjuntos documentais preciosos para a história e memória nacionais, desde os anos 1970, a auxiliar a investigação científica notadamente na área das ciências humanas. Cada uma das três universidades estaduais paulistas - Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – encaminhou de maneira diferente esses processos, apesar dos esforços do trabalho em conjunto. Trabalhamos nessa investigação com a organização e preservação dos documentos produzidos e acumulados no setor administrativo e científico dessas universidades e do objeto alargado em Portugal.

A temática em relação à arquivística foi delimitada na gestão de documentos e mais especificamente na avaliação que reflete de maneira determinante a

memória científica. A pergunta que nos provoca a partir daqui é: o que a universidade e a ciência querem deixar para o futuro sobre si? A avaliação de documentos sempre existiu, ela ocorreu e ocorre, inúmeras vezes de maneira não ordenada ou pensada, situação em que os documentos são deixados ao acaso, em péssimas condições de guarda e submetidos a toda espécie de degradação material, seja realizada pelo próprio homem ou pelos materiais intrínsecos à sua constituição física.

Entretanto, a arquivística, em seu fazer e teoria tem sua própria reflexão sobre a avaliação, considerado momento crucial para a destinação dos documentos e mais recentemente da informação. No Brasil, dois instrumentos fundamentam a avaliação: o plano de classificação e a tabela de temporalidade. O primeiro é constituído após um estudo do contexto da instituição e da produção de documentos; o segundo demanda o estudo da legislação vigente e referente aos documentos produzidos para estabelecer a destinação dos documentos, ou seja, os prazos de guarda e a justificação da eliminação documental.

Esses instrumentos gerados após os estudos de contextos devem ser aprovados por comissões de avaliação compostas por representantes dos diferentes setores das instituições. Em Portugal, esses mesmos instrumentos, compostos sob outro prisma que reflete a realidade da burocracia local, são colocados em prática por portarias.

A Universidade do Porto propõe, desde os anos 1990, um novo modelo de teoria e metodologia para a arquivística, fundadora do paradigma pós-custodial que propõe novos critérios de avaliação: a pertinência, a densidade e a frequência. É um modelo sistêmico, centrado na informação que, no entanto, percebe também o documento. As universidades em ambos os países são autônomas nas tomadas de decisões, inclusive sobre a avaliação e destinação dos documentos, mas as instituições nacionais historicamente responsáveis pelos arquivos, no caso, o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas divergem, nos dois casos, em alguns aspectos, inclusive na avaliação, tanto da teoria quanto da metodologia arquivística. Nessa divergência, que também é um conflito, refletimos até que ponto aqueles que apoiam o fazer da ciência nas universidades estão envolvidos com a memória

científica, que memória os cientistas deixarão sobre o seu fazer e se estamos destinados a construir lugares de memória, isto é, arquivos, centros de documentação, museus, bibliotecas.

### **Nota biográfica:**

**Maria Leandra Bizello.** Nasceu na cidade de Amparo, estado de São Paulo, Brasil. É bacharel e licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (1989); especializou-se em Organização de Arquivos na UNICAMP(1989); é mestre em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (1995); doutorou-se em Multimeios pela UNICAMP (2008); fez estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle – Paris III (2006) sob orientação do Prof. Michel Marie. Desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Portugal, na Universidade do Porto, com supervisão da Profa. Dra. Fernanda Ribeiro. Atualmente é professora assistente do curso de Arquivologia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Marília e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação dessa mesma universidade. Tem experiência na área de História, Comunicação e Ciência da Informação, com ênfase em História, arquivos, memória e imagens atuando principalmente nos seguintes temas: história, memória, biografia, cinema, fotografia, gestão de documentos em universidades e memória científica.